



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 03, 04, 05, 06, e 07 de fevereiro de 2020

ANO XXXVII Nº 1874

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

MAURO CRISTIANO FREITAS

Presidente – DC

FABRÍCIO GAMA

1º Vice-Presidente – PSD

SIMONE CAROLE C. KAHWAGE DOS SANTOS

2º Vice-Presidente – PRB

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

1º Secretário – MDB

HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JUNIOR

2º Secretário – PDT

JOSE EMERSON CAMPOS SAMPAIO

3º Secretário – PP

AMAURY DE SOUZA FILHO

4º Secretário – PT

VEREADORES

BLOCO DC / PODEMOS / AVANTE

Avante Dr. ELENILSON SANTOS – Líder
Podemos Prof. ELIAS – Vice-líder
Avante RILDO DE OLIVEIRA PESSOA
DC MAURO CRISTIANO FREITAS

BLOCO PMN / SOLIDARIEDADE / PATRI / PR

PR CLEONSON SOUZA DA SILVA (Bico) - Líder
PATRI MARCIEL SARAIVA DE ALMEIDA – Vice-líder
SOLIDARIEDADE JOSÉ WILSON COSTA ARAÚJO (Zeca Pirão)
PMN FABRÍCIO PEREIRA DA GAMA

BLOCO PTC / PSD

PTC LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR - Líder
PSD SILVANO OLIVEIRA DA SILVA – Vice-líder
PSD PROF. NILDA PAULA

BLOCO MDB / PHS

MDB JOAQUIM ARISTIDES ARAÚJO CAMPOS - Líder
MDB BLENDIA CECÍLIA ALVES QUARESMA – Vice-líder
PHS PABLO FARAH
MDB JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

BLOCO PSDB / PSL

PSDB NEHEMIAS GUEDES VALENTIM – Líder
PSDB PAULO QUEIROZ – Vice-líder
PSDB MOA MORAES

BLOCO PSC / PPS

PSC JOSÉ MARIA DINELLY - Líder
PSC CELSO SABINO DE OLIVEIRA SOBRINHO – Vice-líder
PPS WELLINGTON PROGÊNIO MAGALHÃES

BLOCO PDT / PSB

PSB IGOR ANDRADE – Líder
PDT MARCO ADRIANO ALBUQUERQUE COELHO – Vice-líder
PDT HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JUNIOR
PSB GLEISSON OLIVEIRA

BLOCO PCdoB / PT

PT AMAURY DA APPD – Líder
PCdoB ALTAIR DE LIMA BRANDÃO – Vice-líder

BANCADA DO PSOL

PSOL FERNANDO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Líder
ENF. NAZARÉ LIMA – Vice-líder
FRANCISCO ANTONIO DE ALMEIDA (Dr. Chiquinho)

BANCADA DO REPUBLICANOS

PRB ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA – Líder
SIMONE CAROLE C. KAHWAGE DOS SANTOS
WILSON NETO

BANCADA DO PP

PP JOSÉ EMERSON CAMPOS SAMPAIO

SEM PARTIDO

NENÉM ALBUQUERQUE

ATO Nº 2912/2019, de 03 de novembro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, nos termos do Art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90 e Artigo 44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502/90, **Tairone Araújo Melo (Mat. 1500032)**, do exercício do cargo “Agente de Serviços Gerais –CMB-AAL.01”, do “Grupo Atendente Ref. A” do Quadro Efetivo, a partir de 03.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 03 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 2265/2019, de 31 de julho de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, inciso I, da Lei nº 7.502, de 20.12.90, **Ivani de Fatima Dias Serra**, ocupante do cargo comissionado “Coordenador de Gabinete – CMB-DAS-200.3”, do Gabinete do Vereador Antonio Oliveira de Lima (Toré Lima), a partir de 31.07.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 31 de julho de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 2819/2019, de 31 de outubro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art. 44, Parágrafo Único, inciso I, da Lei nº 7.502, de 20.12.90, **Tamires de Souza Fernandes** do exercício do cargo em comissão “Chefe de Divisão do Núcleo de Fiscalização e Controle do Exercício Parlamentar – NUCEP-CMB-DAS-200.4”, a partir de 31.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 31 de outubro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 2851/2019, de 01 de novembro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Art. 93, inciso X, combinado com o Art. 114, da Lei nº 7.502, de 20.12.90, 30 (trinta) dias (restantes) de licença prêmio ao servidor **Elias Ribeiro Pinto Junior**, pertencente ao Grupo Nível Médio – Ref. A-P, durante o período de 01/11/2019 a 30/11/2019, correspondente ao 7º triênio (2006/2009) de serviços prestados à Câmara Municipal de Belém, conforme deferimento constante no processo nº 137/11.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 01 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

ATOS.....	08
ATAS.....	04
DECRETOS LEGISLATIVOS.....	04

DIÁRIO OFICIAL

da Câmara Municipal de Belém

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"

End: Travessa Curuzu, nº 1755 – Marco

CEP: 66093-802 Belém – Pará

Homepage: www.cmb.pa.gov.br

Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB

Responsável: Flávia Moreira Garcia de Lima – Chefe DICOS

Registro nº 2719 – DRT / PA

Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB

Responsável: Elisa Bronze Correa – Chefe SIOF

ATO Nº 2852/2019, de 01 de novembro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

CONCEDER nos termos do Art. 93, Inciso X, combinado com o Art. 114, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 30 (trinta) dias (restantes) de licença prêmio à servidora **Rosiclea Camara Coelho**, pertencente ao Grupo Nível Médio – Ref. A-P, durante o período de 01/11/2019 a 30/11/2019, correspondente ao 10º triênio (2013/2016) de serviços prestados à Câmara Municipal de Belém, conforme deferimento constante no Processo nº 439/17.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 2853/2019, de 01 de novembro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

CONCEDER nos termos do Art. 93, Inciso X, combinado com o Art. 111, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 60 (sessenta) dias de licença prêmio ao servidor **Jorge Edilson do Nascimento Melo**, pertencente ao Grupo Auxiliar – Ref. A-P, durante o período de 01/11/2019 a 30/12/2019, correspondente ao 10º triênio (2013/2016) de serviços prestados à Câmara Municipal de Belém, conforme deferimento constante no Processo nº 471/19.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 2854/2019, de 01 de novembro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

CONCEDER nos termos do Art. 93, Inciso X, combinado com o Art. 111, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 60 (sessenta) dias de licença prêmio à servidora **Olinda Esther Jatene da Silva**, pertencente ao Grupo Nível Médio – Ref. A-P, durante o período de 01/11/2019 a 30/12/2019, correspondente ao 10º triênio (2011/2014) de serviços prestados à Câmara Municipal de Belém, conforme deferimento constante no Processo nº 1160/14.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 2855/2019, de 01 de novembro de 2019.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

CONCEDER nos termos do Art. 93, Inciso X, combinado com o Art. 111, da Lei nº 7.502, de 20/12/90, 60 (sessenta) dias de licença prêmio ao servidor **Olívio Chaves Filho**, pertencente ao Grupo Nível Médio – Ref. A-P, durante o período de 01/11/2019 a 30/12/2019, correspondente ao 6º triênio (2005/2008) de serviços prestados à Câmara Municipal de Belém, conforme deferimento constante no Processo nº 439/17.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 01 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA E DÉCIMA QUARTA SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No terceiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às doze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais vereadores que registrassem suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, o presidente declarou aberta a sessão e fez a leitura da matéria constante em pauta. Em seguida, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Institui o Programa de Regularização Fiscal do Imposto sobre a Transmissão 'intervivos', a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e de direitos reais - ITBI, e dá outras providências", constante no Processo nº 2096/19, referente à Mensagem nº 11/19, de proposição da Prefeitura Municipal de Belém - PMB. Através de Questão de Ordem o vereador John Wayne solicitou que os artigos do projeto em discussão que não contivessem emendas fossem votados em bloco e de forma simbólica. A Mesa informou não haver emendas ao projeto, de forma que a Questão de Ordem do vereador John Wayne equivalia, na prática, à votação do projeto em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, a Questão de Ordem foi aprovada por unanimidade. Em seguida, na discussão, não houve manifestações e o presidente solicitou ao vereador John Wayne a leitura do projeto. Após a leitura, o projeto entrou em votação, sendo aprovado por unanimidade em bloco e de forma simbólica. Logo depois, o presidente comunicou a aprovação do projeto constante no Processo nº 2096/19, referente à Mensagem nº 11/19 de proposição da PMB e que "Institui o Programa de Regularização Fiscal do Imposto sobre a Transmissão 'intervivos', a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e de direitos reais - ITBI, e dá outras providências". Justificaram seus votos os vereadores Rildo Pessoa e Dinelly. Sem demora, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Altera a Lei nº 7341, de 18 de março de 1986, e a Lei nº 9.403, de 06 de setembro de 2018; cria e extingue cargos no quadro de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior na Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP; estabelece que os titulares da Administração Direta, autarquias e fundações da Administração Indireta do Município de Belém passam a ter o mesmo nível hierárquico e funcional, isonomia de vencimento e iguais direitos, deveres e responsabilidades que os Secretários Municipais, e dá outras providências", constante no Processo nº 2095/19 referente à Mensagem nº 10/19 de proposição da PMB. Através de Questão de Ordem o vereador John Wayne solicitou que os artigos do projeto em discussão que não contivessem emendas fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, a Questão de Ordem foi aprovada por unanimidade. Na discussão, usou da palavra o vereador Fernando Carneiro. Após esta manifestação o presidente solicitou ao vereador John Wayne a leitura dos artigos sem emendas (artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º). Na votação, os artigos sem emendas foram aprovados por unanimidade em bloco e de forma simbólica. Logo depois, o presidente solicitou ao vereador John Wayne a leitura do artigo 5º com sua emenda. Encaminhou a votação o vereador Fernando Carneiro. Nesse ínterim, assumiu a presidência da Mesa o vereador Gleisson Oliveira. Reassumiu depois a presidência o vereador Mauro Freitas. Anteciparam seus votos contrários à emenda os vereadores Fabrício Gama e Pablo Farah. Na votação, a única emenda ao artigo 5º foi rejeitada com dezoito votos contrários e quatro votos favoráveis. Logo em seguida, entrou em votação o artigo 5º, tendo sido aprovado com vinte votos favoráveis e dois votos contrários. Sem tardar, o presidente comunicou a aprovação do projeto de proposição da PMB constante no Processo nº 2095/19, referente à Mensagem nº 10/19 e que "Altera a Lei nº 7341, de 18 de março de 1986, e a Lei nº 9.403, de 06 de setembro de 2018; cria e extingue cargos no quadro de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior na Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão - SEGEP; estabelece que os titulares da Administração Direta, autarquias e fundações da Administração Indireta do Município de Belém passam a ter o mesmo nível hierárquico e funcional, isonomia de vencimento, e iguais direitos, deveres e responsabilidades que os Secretários Municipais, e dá outras providências". Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. Posteriormente, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Altera a Lei nº 8.847, de 12 de maio de 2011, e a Lei nº 8.226, de 30 de dezembro de 2012, para a implementação de projeto de Parceria Público-Privada - PPP no setor de iluminação pública e dá outras providências" constante no Processo nº 2100/19, referente à Mensagem nº 13/19 de proposição da PMB. Através de Questão de Ordem, o vereador John Wayne solicitou que os artigos do projeto em discussão que não contivessem emendas fossem votados em bloco e de forma simbólica. Também através de Questão de Ordem, o vereador Fernando Carneiro manifestou-se contrário à Questão de Ordem do vereador John Wayne e solicitou a votação nominal dos artigos do projeto. Posta em votação a Questão de Ordem do vereador John Wayne foi aprovada por maioria, com manifestação contrária dos vereadores da bancada do PSOL. Com a aprovação desta Questão de Ordem, resultou automaticamente rejeitada a Questão de Ordem do vereador Fernando Carneiro. Na discussão, usaram da palavra os vereadores Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima. Após estas manifestações, o presidente solicitou ao vereador John Wayne a leitura dos artigos sem emendas (artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º). Colocados em votação, os artigos sem emendas foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. Em seguida, o presidente solicitou ao vereador John Wayne a leitura dos artigos 1º e 2º com suas emendas. Após esta leitura, a emenda supressiva aos artigos 1º e 2º de autoria da bancada do PSOL foi votada e rejeitada com quatro votos favoráveis, dezoito votos contrários e uma abstenção. Na sequência, entrou em votação a emenda modificativa ao artigo 1º, de autoria da PMB. Na votação, esta emenda foi aprovada com dezenove votos favoráveis, três votos contrários e uma abstenção. Posteriormente entrou em votação o artigo 2º. Como resultado, este artigo foi aprovado com dezenove votos favoráveis e três contrários. Na sequência, o presidente comunicou a aprovação do projeto que "Altera a Lei nº 8.847, de 12 de maio de 2011, e a Lei nº 8.226, de 30 de dezembro de 2012, para a implementação de projeto de Parceria Público-Privada - PPP no setor de iluminação pública, e dá outras providências". Sem demora, passou-se à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que "Dispõe sobre a reestruturação do plano de Assistência Básica à Saúde e Social dos Servidores Públicos do Município de Belém - PABSS e dá outras providências". Através de Questão de Ordem, o vereador John Wayne solicitou que os artigos do projeto em discussão que não

contivessem emendas fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, a Questão de Ordem foi aprovada por maioria, com manifestações contrárias dos vereadores Fernando Carneiro e Nazaré Lima. Na discussão do projeto usaram da palavra os vereadores Fernando Carneiro, Dr. Chiquinho, Pablo Farah, Toré Lima, Enfermeira Nazaré Lima (com aparte dos vereadores Toré Lima e Dr. Chiquinho) e Wilson Neto (com aparte dos vereadores Simone Kahwage e Fabrício Gama). Em seguida, o presidente solicitou ao vereador Dr. Elenilson a leitura dos artigos sem emendas (artigos 1º ao 8º, 11 ao 15 e 17 ao 40). Colocados em votação, estes artigos sem emendas foram aprovados por unanimidade em bloco e de forma simbólica. Em seguida, o presidente solicitou ao vereador Dr. Elenilson a leitura do artigo 9º com emenda. Findo o horário regimental de duração da presente sessão extraordinária às dez horas e quarenta e quatro minutos, o presidente declarou encerrada a sessão. Estiveram presentes na Décima Terceira Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa, Mauro Freitas e Professor Elias, pelo Bloco DC - Avante - Podemos; Marciel Manão, Fabrício Gama e Zeca Pirão, pelo bloco PMN - Solidariedade - Patriota - PR; Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD - PTC; Wellington Magalhães e Dinelly, pelo bloco PSC - PPS; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB - PHS; Igor Andrade e Gleisson Oliveira, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim, pela bancada do PSDB; Fernando Carneiro, Dr. Chiquinho e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Wilson Neto, Simone Kahwage e Toré Lima, pela bancada do Republicanos. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Celsinho Sabino e Paulo Queiroz. Estava licenciado o vereador Neném Albuquerque. Posteriormente, o presidente Mauro Freitas solicitou aos vereadores os registros de suas presenças em painel eletrônico. Havendo quórum o presidente declarou abertos os trabalhos da Décima Quarta Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, com a retomada da votação do projeto que "Dispõe sobre a reestruturação do plano de Assistência Básica à Saúde e Social dos Servidores Públicos do Município de Belém - PABSS e dá outras providências" e a leitura do artigo 9º com emenda. Após a leitura, usaram da palavra os vereadores Fernando Carneiro (com aparte do vereador Toré Lima), Fabrício Gama e Dinelly. Posteriormente entrou em votação a emenda modificativa ao artigo 9º, de autoria do vereador Fernando Carneiro. Na votação, a emenda foi rejeitada com dezesseis votos contrários e três votos favoráveis. O presidente suspendeu então a sessão por sete minutos para que os vereadores pudessem realizar um lanche. Ao ser retomada a sessão houve a leitura e votação da outra emenda modificativa ao artigo 9º de autoria do vereador Fernando Carneiro. Na votação, a emenda foi rejeitada com quinze votos contrários e quatro votos favoráveis. Através de Questão de Ordem o vereador Fernando Carneiro solicitou a retirada da emenda nº 2175/19 de sua autoria. Em seguida foi realizada a votação do artigo 9º. Este artigo foi aprovado com dezessete votos favoráveis e três contrários. Logo depois, foi lido o artigo 10º com emenda. Após a leitura, a emenda supressiva ao artigo 10º de autoria do vereador Dr. Chiquinho foi rejeitada em votação com quatro votos favoráveis e dezoito votos contrários. Logo depois foi aprovado em votação o artigo 10º com dezoito votos favoráveis e três contrários. Logo após, foi lido o artigo 16º com emenda. Após a leitura, a emenda ao artigo 16 - de autoria dos vereadores Toré Lima e Wilson Neto - foi aprovada em votação por unanimidade com vinte e três votos favoráveis. Depois, o artigo 16 foi votado e aprovado com vinte votos favoráveis e três votos contrários. Na sequência, o presidente comunicou a aprovação do projeto que "Dispõe sobre a reestruturação do plano de Assistência Básica à Saúde e Social dos Servidores Públicos do Município de Belém - PABSS, e dá outras providências". Em seguida, encerrou a sessão às quatorze horas e quarenta e nove minutos convidando os parlamentares para a sessão ordinária do dia 04 de dezembro de 2019, em horário regimental. Estiveram presentes na Décima Quarta Sessão Extraordinária do Segundo Período Legislativo da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura os vereadores: Dr. Elenilson, Mauro Freitas e Professor Elias, pelo Bloco DC - Avante - Podemos; Marciel Manão, Fabrício Gama e Zeca Pirão, pelo bloco PMN - Solidariedade - Patriota - PR; Lulu das Comunidades e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Wellington Magalhães e Dinelly, pelo bloco PSC - PPS; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB - PHS; Gleisson Oliveira, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim, pela bancada do PSDB; Fernando Carneiro, Dr. Chiquinho e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Wilson Neto, Simone Kahwage e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP. Justificaram suas ausências os vereadores Igor Andrade, Bieco, Celsinho Sabino e Paulo Queiroz. Estava licenciado o vereador Neném Albuquerque. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém, Salão Plenário Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, três de dezembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS
Presidente

Ver. EMERSON SAMPAIO
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATA DA OCTAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a palavra o vereador Toré Lima e disse ter ficado perplexo ao ver o vídeo, amplamente divulgado nas redes sociais, da jovem que teve seu filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira após ter-lhe sido negado o atendimento, fato ocorrido em Belém no domingo anterior. Considerou sórdido as pessoas filmarem e divulgarem o fato, mas não ajudarem à parturiente. Agora, comentou, os meios de comunicação trazem matérias culpando o porteiro por ter negado o acesso da gestante ao hospital. Julgou que esse humilde trabalhador será usado como bode expiatório neste caso absurdo. Observou que um hospital particular

conveniado com o Sistema Único de Saúde – SUS não pode negar atendimento, especulando que o porteiro cumpria ordens ao impedir o acesso e dizer à jovem senhora que não havia médicos e não havia leitos disponíveis para atendê-la. Avaliou que o hospital deve ser punido pelo que ocorreu, pedindo à Comissão de Saúde desta Casa que acompanhasse o caso e mantivesse informados os demais parlamentares. Crítico a apatia e imobilidade das comissões deste parlamento, expressando que foram constituídas, mas não fazem nada de forma eficaz. Hipotecou solidariedade ao vereador Altair Brandão por este ter sido ameaçado por representantes da empresa Belém Rio. Disse esperar que Altair Brandão se pronunciasse em plenário sobre esta agressão. Mencionou depois que 935 pessoas suspeitas de lavagem de dinheiro, desvio de dinheiro e outros crimes estão sendo beneficiadas pela decisão do ministro Dias Toffoli de suspender as investigações baseadas em dados do antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, rebatizado Unidade de Inteligência Financeira – UIF pelo atual governo. Lembrou que esta decisão atendeu ao pedido do senador Flávio Bolsonaro e paralisou a investigação do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre o congressista. Entretanto, pontuou, não vê os vereadores Sargento Silvano e Joaquim Campos, defensores de Jair Bolsonaro, falarem sobre isso, ficarem indignados com essa decisão que beneficia o filho do presidente da República. Comentou que o pai que está dando em Chico, para os referidos parlamentares, não dá em Francisco. Esclareceu não ter discordado de Joaquim Campos e Sargento Silvano quando estes criticaram a decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar ilegal a prisão após condenação em 2ª instância dizendo que isso beneficiaria muitos criminosos, mas chamou a atenção para a incoerência de não criticarem também a decisão que beneficiou Flávio Bolsonaro. Em aparte, manifestou-se o vereador Sargento Silvano. Joaquim Campos reportou-se também ao lamentável caso da senhora que teve seu bebê na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Disse também ter ouvido o comentário de que o porteiro é agora o grande culpado, comentando ser comum no país buscarem culpados enquanto se evita crucificar os verdadeiros criminosos. afirmou que o ministro Dias Toffoli pediu informações ao COAF para proteger uma casta de corruptos, fazendo jus à existência do STF, que foi criado para isso. Referiu ter sido citado por não ficar chateado pelo fato de o filho do presidente Jair Bolsonaro estar envolvido em “rachadinha” no Rio de Janeiro. Externou ter visto muita coisa de causar perplexidade na Cinelândia, no Rio de Janeiro: viu um imbecil colocar uma placa homenageando uma vereadora envolvida com traficantes de entorpecentes, leu em publicação da Globo que Nelson Mota, pessoa conhecidíssima do mundo da arte, fuma maconha todos os dias há 50 anos, tendo ajudado muito a alimentar a criminalidade do Rio de Janeiro, que é sua terra natal, mas não vale nada. Em relação a Flávio Bolsonaro, continuou, se estiver envolvido em “rachadinha” que vá preso. Desafiou, porém, algum vereador a vir à tribuna chamar Jair Bolsonaro de ladrão e corrupto. Disse que Lula é ladrão e corrupto e que no PSOL só há vagabundos, canalhas e ladrões, comparou-os a ratos que fogem do navio naufragando, pois fugiram do PT quando viram que o partido não valia nada. Agora, ironizou, o preço dos ovos aumentará porque em todo lugar que Lula vai recebe ovos, mas Bolsonaro criará a Bolsa Ovo. Disse que comprará em uma granja, em uma caminhonete, uma grande quantidade de ovos para servir de munição quando o ladrão corrupto vier a Belém acompanhado da narizinho vagabunda. Contou declarar seu apoio a Bolsonaro todos os dias na emissora em que trabalha. Narrou que seu filho, para defender uma namoradina, assumiu ter atropelado um carro de bebidas e, no mesmo momento, na mídia, colocaram sua foto junto à dele. Foi denunciado, embora estivesse em Belém, na Unimed, fazendo um tratamento para pressão. Apanhou então uma pistola Ponto 40 e rumou para Salinas. Obteve outra pistola com um amigo e seguiu, com dois carregadores. Justificou ter feito isso por saber que não haveria audiência de custódia para seu filho, seria mandado para a penitenciária. Foi para lá como pai porque sabia do que estava acontecendo. Expressou que o prefeito vagabundo de Salinas começou então fazer postagens, tachando a ele e a seu filho como bandidos. afirmou que a Justiça da cidade, mancomunada com o prefeito, encaminhou seu filho para a penitenciária. Ficou então na porta da penitenciária esperando-o chegar e avisou aos agentes da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - Susipe para não interromperem, pois morreria junto com seu filho. Explicou ter ido lá como pai porque a cadeia gritava pedindo o nome do seu filho. Avisou então ter trinta munições e mais dois carregadores de reserva e que cometeria uma chacina na penitenciária porque sabia que matariam a si e ao seu filho. Declarou que, naquele momento, lamentava apenas não ter matado antes um bocado de gente do PSOL fora da cadeia, mas mataria a massa de manobra do PSOL e do PT lá dentro. Pediu então ao vereador Toré Lima que quando fosse se referir ao presidente o chamasse Jair Messias Bolsonaro, desafiando-o a dizer que Bolsonaro é ladrão, corrupto e chefe de quadrilha como Lula. Esclareceu que seu filho assumiu a culpa pelo acidente, protegendo a moça que realmente dirigia o carro, pois esta é modelo e perderia os cachês que recebe fazendo comerciais. Garantiu que seu filho agiu como homem, conforme o ensinara. Ensinou-o tão bem, prosseguiu, que ele acabara de alistar-se na Legião Estrangeira e estava viajando a Paris para servir à França. Externou que Lula nunca trabalhou, acusando-o de ter propositalmente cortado o dedo para se tornar o vagabundo-mor da nação. Confessou ter acreditado inicialmente em Lula, assim como também acreditou em Lech Walesa, mas foi tudo um ledão engano: todos viraram ladrões. Comparou que Lech Walesa nunca mais voltou ao poder, mas aqui, talvez por sermos terceiro mundo, continuamos perpetuando e preservando a imagem dos bandidos. Reafirmou que o STF só serve para legislar em causa própria e defender canalhas e corruptos que estão em Brasília. Opinou que Bolsonaro agora tenta acabar com a mamata e a roubalheira do DPVAT, mas os líderes dos partidos em Brasília já querem derrubar o decreto presidencial porque desejam continuar roubando. Anunciou que o novo partido de Bolsonaro chamar-se-á Aliança pelo Brasil. Sargento Silvano tratou do novo concurso público para a Polícia Militar do Estado do Pará – PMPA, informando que serão abertas sete mil vagas. Manifestou, porém, não concordar com o projeto de lei da PMPA, ora em trâmite na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa, estabelecendo que somente bacharéis em Direito ingressem no oficialato da corporação. Apontou haver hoje no quadro da PMPA muitos oficiais com outra formação, inclusive apenas com o Ensino Médio. Frisou ser necessário dar oportunidade para a tropa, estabelecendo que 80% dos soldados que a compõem atualmente têm curso superior em áreas diversas como Geografia, História, Educação Física e Biologia, querem chegar ao oficialato e têm capacidade para isso. Pontificou que a sociedade precisa de homens e

mulheres que queiram tornar-se policiais por vocação e amor à profissão. Pediu aos deputados estaduais que não aproveitem este projeto da PMPA, especificamente aos deputados Gustavo Sefer e Ângelo Ferrari. Pediu que olhassem para esses homens e mulheres que estão estudando e desejam ser oficiais da PMPA. Reportou-se depois ao caso da jovem que teve o filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Contou ter estado no local do acontecimento, julgando ter sido um desrespeito à vida a mãe ter o filho na porta do hospital por lhe ter sido negada a entrada. afirmou que o porteiro negou a entrada por ter recebido ordem nesse sentido e todos devem ser responsabilizados pelo que ocorreu. Perguntou então onde estaria o pessoal da esquerda, as pessoas que defendem os direitos humanos, pois este seria o momento em que deveriam fazer manifestações, colocar um carro som e fechar a rua. Criticou o Ministério Público do Estado do Pará - MPPA por não se posicionar a respeito, observando que o prefeito Zenaldo Coutinho e o governador Hélder Barbalho não têm responsabilidade neste caso: quem deve ser responsabilizada é a direção do hospital. Voltou a dizer que a esquerda e os defensores dos direitos humanos estão calados, lucubrando, porém, que se houvesse envolvimento da Polícia Militar estariam alvoroçados, mas não o fazem ao se tratar de uma senhora porque isso não daria destaque na mídia. Deixou registrada sua indignação com o ocorrido. Afiançou que o presidente Jair Bolsonaro tem lutado por uma país melhor, comentando que ele não é chamado de ladrão como Lula, que por onde passa recebe ovo e pedrada. Classificou Lula como um chefe de quadrilha, garantindo que atirará ovos nele quando vier a Belém. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB – PHS, Pablo Farah comemorou a redução dos juros de empréstimos do Banco do Estado do Pará – Banpará para Banpará Card e consignados. Disse ser necessário parabenizar as iniciativas que beneficiam o trabalhador. Reportou ter participado, no dia anterior, da primeira reunião envolvendo as categorias de servidores estaduais e o governo do Pará para debater a reforma da Previdência em nível estadual. Ressaltou como positiva a iniciativa do governo estadual de criar uma linha habitacional, através do Banpará, para os agentes de segurança pública, contemplando inicialmente os policiais, para que estes possam sair da situação de vulnerabilidade, deixando de morar em áreas perigosas, ao lado de traficantes. Externou ser uma reivindicação antiga que está se tornando realidade. Havendo policiais que não possuem mais margem para descontos em seus rendimentos, conversou com o presidente do Banpará, senhor Brasilino Assunção, para que se amplie a margem de financiamento e o valor correspondente às prestações do imóvel seja descontado do rendimento deste servidor. Comentou que hoje o funcionário público parece ser visto como vilão pelos governos, em todos os níveis, sendo culpado por todas as mazelas e agruras e pela falta de recursos para investimentos. Fez notar que os servidores públicos não têm aviso prévio, não têm FGTS, não têm hora extra e vários outros direitos que os trabalhadores de carteira assinada têm. Reportou o caso de um amigo seu que se aposentou em atividade de risco após ter trabalhado por quinze anos na Rede Celpa recebendo um milhão de reais correspondentes aos seus direitos trabalhistas. Comparou que um servidor público ao se aposentar nada recebe, apenas o seu salário. Ressaltou ser necessário valorizar o bom servidor, mas quem não quer trabalhar não merece estar no serviço público e deve realmente ser processado e demitido. Pela bancada do Republicanos, Wilson Neto referiu-se também ao caso da moça que teve seu filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Relatou que esta jovem se dirigia à Santa Casa de Misericórdia, mas, sentindo muitas dores, não conseguiu chegar ao hospital de referência. Pediu então socorro e isso lhe foi negado. Além da cena estarrecedora da moça dar à luz seu bebê na calçada, considerou desumano também o fato de haver pessoas filmando e nada fazendo para ajudá-la. Julgou que os valores estão muito invertidos em nossos dias, sendo necessário que a sociedade reflita sobre o caso. Expressou, como advogado, que o fato deve ser apurado do início até o fim para que se estabeleçam as responsabilidades, não sendo justo culpar apenas o porteiro. Notificou que a Prefeitura de Belém tem um convênio com o hospital, que é particular, atendendo através do Sistema Único de Saúde – SUS. Noticiou que, no dia anterior, o secretário de saúde de Belém, senhor Sérgio Amorim, determinara uma auditoria, nos termos que o convênio prevê, para que fossem apuradas as responsabilidades no caso. Destacou o esforço incansável que a PMB tem feito para melhorar a Saúde em nosso município, apesar de ainda haver muito a ser feito. Avaliou que seria uma injustiça muito grande negar o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde - Sesma e pela equipe do prefeito Zenaldo Coutinho, observando que há Unidades de Pronto Atendimento e o HPSM Mário Pinotti funcionando, o HPSM Humberto Maradei Pereira está a ponto de ser entregue, assim como outras obras no setor da Saúde. Expressou seu repúdio e indignação à conduta desumana de quem apenas filmou o acontecimento e, principalmente, de quem se negou a prestar socorro. O que importa agora, continuou, é que tanto a mãe quanto o bebê estão bem, estão acompanhados, medicados, brevemente terão alta e, com a graça de Deus, a criança crescerá saudável e em paz. Pela liderança do bloco PSD – PTC, Sargento Silvano comentou sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu 192 em Belém. Apontou que o serviço tem um protocolo, sendo que um médico avalia a situação por telefone. Contou que um senhor – no Bairro da Marambaia, na Alameda Água Cristal - sofrendo com vários tipos de enfermidade, estava jogado uma rede. Solicitou-se então uma ambulância para atendê-lo, mas o pedido foi negado. Citou outro caso no Bairro do Bengui em que uma senhora, após ter um filho, sofreu inflamação da operação, com rompimento dos pontos. Como estava no segundo andar, não podia descer e precisava de uma maca. Ligou-se para o 192, mas não foi feito o atendimento. Mencionou ainda outro caso no Bairro do Barreiro em que o mesmo aconteceu. Em todas estas situações e em muitas outras, comunicou, acionado pelas pessoas, providenciou o resgate. Chamou a atenção da Sesma para esses fatos, denunciando que os atendentes tratam com grosseria os que ligam solicitando socorro. Ponderou ser necessário preparar melhor os funcionários que fazem o atendimento. afirmou que os médicos que fazem a avaliação precisam ouvir a comunidade, pois há muita gente que não tem dinheiro para pagar o transporte ou é necessária uma maca para fazê-lo. Estipulou ser necessário convocar a direção do Samu a esta Casa para inquirir sobre o protocolo utilizado, buscando melhorar o atendimento. Atestou que o atendimento municipal em Saúde é bom, mas o serviço prestado pelo Samu não o é, sendo necessário reformular o protocolo de atendimento. Anunciou que solicitaria uma sessão especial para tratar do problema, convidando a direção do Samu a dela participar. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima

tratou também do caso da senhora que teve seu bebê na calçada. Lamentou ainda haver grande dificuldade em nossa cidade para se conseguir vaga em uma maternidade. Indicou que a Portaria 1459/2011 do Ministério da Saúde estabelece o vínculo do pré-natal com a maternidade: uma mulher ao iniciar o tratamento pré-natal já tem uma data provável de parto estabelecida e a maternidade onde deve parir. Observou que em outros municípios isto já acontece, mas não ocorre em Belém. Assim, as mulheres precisam fazer uma peregrinação para encontrar uma maternidade ou hospital onde possam ter seus filhos. Acrescentou que a Portaria 1459 determina que haja uma ambulância na porta do hospital para levar a parturiente à outra unidade de saúde se não houver leitos disponíveis. Apontou que este episódio deve levar a uma mudança na forma de nascer em Belém, sugerindo a criação de um protocolo de acolhimento, uma avaliação de risco em cada caso, pois não se pode delegar a um porteiro a incumbência de decidir se a mulher deve ou não adentrar a maternidade. Acrescentou que esta avaliação deve ser feita por profissionais. Chamou a atenção para a responsabilidade desta Casa quanto ao tema, lembrando de ter dado entrada, no mês de abril anterior, em dois projetos, que foram rejeitados. Inteirou que um deles discute as boas práticas para o parto, contra a violência obstétrica. O outro, prosseguiu, estabelecia uma casa de parto normal em nosso município, tal como a que já existe em Castanhal, mas sequer passou na Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro observou inexistir um hospital municipal especializado em obstetria: os hospitais com esta especialidade são conveniados à Sesma. Tratando-se do padrão portas abertas, qualquer pessoa deve ser atendida, mas não foi o que aconteceu no caso da senhora que teve o filho na calçada. Julgou que seria muito triste se a responsabilidade sobre o não atendimento recaísse sobre o porteiro do hospital. Inteirou que um dos proprietários do Hospital da Ordem Terceira é o responsável no município pela fiscalização garantindo que os hospitais conveniados atendam a população. Questionou como essa pessoa poderá cobrar dos outros que o façam se esse atendimento não ocorre no hospital de sua propriedade. Expôs ser necessário verificar as responsabilidades no caso: a orientação dada ao porteiro, o motivo para que o hospital estivesse de portas fechadas durante a madrugada, a falta de fiscalização da Sesma. Atestou ser muito fácil um vereador subir à tribuna e culpar o PSOL pelo ocorrido, mas o partido não administra a cidade ainda. Agora, prosseguiu, a Prefeitura de Belém esconde-se atrás do porteiro, considerando isso uma vergonha porque o Hospital da Ordem Terceira é conveniado e recebe recurso público para atender grávidas como aquela jovem senhora. Discorreu que esse caso obteve visibilidade porque alguém filmou, mas há outros que não são filmados, configurando um tipo de violência que ocorre na porta e dentro dos hospitais. Avisou que apresentaria e gostaria de colocar em votação nesta Casa, no início do ano seguinte, um projeto proibindo a violência obstétrica. Discriminou haver vários graus desta: desde deixar a mulher chorando, até dizer a ela que não pode ter um parto normal – como ocorreu no caso da jovem senhora, que seria submetida a uma cesariana com laqueadura, embora tenha apenas vinte e um anos, o que é proibido. Questionou então o motivo de essa moça não poder ter um parto normal. Quando uma mulher grita de dor durante o parto, ilustrou, as enfermeiras e muitos médicos dizem “Não grita! Na hora de fazer você não gritou”. Apontou ser esse um exemplo de violência obstétrica. Aditou ocorrerem cotidianamente em nossos hospitais manobras proibidas, utilizadas para apressar o parto. Externou ser necessário ampliar a discussão sobre a violência obstétrica e por isso apresentará este projeto, mesmo que ele seja rejeitado, porque o nível de violência é muito alto em um momento em que a pessoa está fragilizada. Testificou não ser normal o parto através de uma cesariana: o normal é o parto natural, feito de forma humanizada. Evidentemente, reconheceu, em algumas situações torna-se forçoso realizar a cesariana e isso é indiscutível. Denunciou, porém, que no Brasil, país campeão em operações cesarianas no mundo, os médicos marcam operações desse tipo porque assim podem fazer três, quatro partos em um só dia - enquanto um parto natural leva oito, dez, doze, vinte e quatro horas - tratando-se, portanto de uma motivação econômica. Reiterou que devem ser responsabilizados todos os envolvidos no caso e não apenas o porteiro. Tratou depois do asfaltamento na cidade em véspera de eleição. Julgou desnecessário asfaltar novamente a Avenida Almirante Barroso, ao custo de 13 milhões de reais. Alertou haver inúmeras outras ruas em bairros diversos precisando de asfaltamento. Perguntou-se qual seria o intuito de asfaltar novamente vias que não precisam de asfalto e já tem a drenagem pronta. Notificou já ter enviado à Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan um ofício solicitando explicações, esperando que fosse respondido. Pela liderança do bloco DC – Avante – Podemos, Dr. Elenilson também se referiu ao caso da senhora que teve o filho na calçada do Hospital da Ordem Terceira. Lembrou de ser o acesso à saúde um direito fundamental, do qual o caso configura um flagrante desrespeito. Ponderou que o porteiro não deveria proibir a entrada, mas se o fez, cumpriu ordens. Externou haver em qualquer hospital onde funcione o serviço de urgência a triagem e a humanização: dependendo da gravidade do caso, os pacientes são encaminhados para salas específicas. Deveria então haver uma equipe para receber a gestante e fazer a avaliação. Se não houvesse condição de realizar um parto de alto risco, a gestante deveria ser encaminhada à Santa Casa de Misericórdia, que é o hospital de referência estadual. Parabenizou a Sesma por ter aberto um inquérito para verificar o que realmente aconteceu. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente. Após este prazo, fez-se nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante na pauta desta parte e o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa de leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado pela plenária. Retomou-se então a votação do requerimento da vereadora Simone Kahwege solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no dia 11/11/2019, no jornal O Liberal, intitulada “Governo promete quatro milhões de empregos”, sendo este aprovado por maioria. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro e Rildo Pessoa. Passou-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a realização de uma sessão especial para comemorar os 25 anos da Academia Paraense de Jornalismo, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Sargento Silvano solicitando que esta Casa emita Nota de Repúdio à empresa Belém Rio e seus sócios pela ameaça de morte feita ao vereador

de Belém Altair Brandão. Fizeram encaminhamentos os vereadores Fernando Carneiro, Amaury da APPD, Sargento Silvano, Marciel Manão, Toré Lima e Mauro Freitas (este pediu votação nominal, recebeu apertados dos vereadores Rildo Pessoa e Joaquim Campos, tendo assumido a presidência da sessão, neste interím, o vereador Igor Andrade), ficando o requerimento em votação. Reassumiu em seguida a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas e o vereador Sargento Silvano retirou o requerimento. Finda a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Não havendo quórum, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Estavam licenciadas as vereadoras Blenda Quaresma e Simone Kahwage. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, John Wayne e Moa Moraes. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Rildo Pessoa, Professor Elias e Mauro Freitas, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Zeca Pirão e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR; Professora Nilda Paula e Sargento Silvano, pelo bloco PSD – PTC; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Joaquim Campos e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim e Paulo Queiroz, pela bancada do PSDB; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Toré Lima e Wilson Neto, pela bancada do Republicanos; Neném Albuquerque, pelo PSL. Eu, segundo-secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 19 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS
Presidente

Ver. EMERSON SAMPÃO
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATA DA OCTAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo quinto dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, Igor Andrade relatou ter participado, no último final de semana, de várias ações em nossa cidade – limpeza pública, eventos esportivos, dentre outros. Comentou que as pessoas desconhecem o poder de um vereador, não sabem que ele não tem o poder de fazer, apenas solicita ao gestor municipal que faça. Deu graças a Deus por termos um prefeito que é sócio e atencioso às demandas dos parlamentares municipais, entretanto, pontuou, muitas vezes os pedidos não podem ser atendidos devido a limitações orçamentárias. Defendeu, porém, que esta Casa aprove o orçamento impositivo, afirmando que isto não prejudicaria a atuação da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Calculou que se esta proposta fosse hoje colocada em votação para ser adotada em 2020 não seria aprovada. Entretanto, arrazouo, nada impediria que ela fosse discutida para ser adotada pela próxima legislatura. Pediu ao presidente da Câmara Municipal de Belém – CMB, vereador Mauro Freitas, que ajudasse a colocar em discussão e aprovar o orçamento impositivo para a legislatura futura. Avaliou que nenhum pré-candidato a prefeito de Belém cometera o suicídio político de posicionar-se contrariamente ao orçamento impositivo neste momento. Entretanto, lucubrou, se esta discussão fosse deixada para depois da eleição, o orçamento impositivo não seria aprovado por não ser do interesse do Executivo municipal. Não culpou os prefeitos por tal disposição, mas responsabilizou as legislaturas passadas por não perceberem a ocasião adequada para aprovar esta legislação. Considerou natural que Zenaldo Coutinho, ao buscar a reeleição, tenha orientado sua base a deixar essa discussão para depois. Pediu novamente ao presidente Mauro Freitas que fizesse a intermediação junto ao prefeito Zenaldo Coutinho para que o orçamento impositivo fosse aprovado. Observou depois que, considerando-se a população de Belém, a legislação permite aumentar em quatro o número de vereadores de nosso município. Julgou ser esta outra discussão a ser feita com calma e ponderação, esclarecendo que o valor repassado à CMB permanecerá o mesmo – 4,5% do orçamento municipal do ano anterior – não havendo aumento das despesas desta Casa com a ampliação do número de parlamentares. Noticiou haver parecer favorável do Tribunal Regional Eleitoral a esta ampliação, observando que cabe à plenária deliberar a respeito. Lembrou que o Artigo 75 da Lei Orgânica do Município de Belém – LOMB proíbe os vereadores de aprovar leis que acarretem ônus ao Poder Executivo, postulando a necessidade de modificá-lo para que a próxima legislatura tenha mandatos mais eficientes, atendendo melhor a população de Belém. Propôs que se possa solicitar a entrada em pauta de projetos de outros vereadores se seus autores passarem mais de seis meses sem fazê-lo. Observou haver projetos engavetados há mais de seis anos porque os autores não se dispõem a colocá-los em pauta. Por outro lado, ajuzou, não se pode propor um projeto havendo outro semelhante e isso faz com que os parlamentares fiquem de mãos atadas a respeito daquele tema. Zeca Pirão anuiu ser necessário o orçamento impositivo para que os vereadores possam garantir obras em benefício da população. Acrescentou que este dispositivo dá ao parlamentar municipal a garantia de poder honrar os compromissos assumidos junto às comunidades e assegurou seu apoio ao projeto que o estabeleça. Anunciou, porém, ser refratário a outras mudanças ampliando o poder de legislar dos vereadores. Desejou que na próxima eleição os trinta e cinco vereadores que atualmente compõem a CMB possam retornar a esta Casa, expressando não ter nada contra nenhum de seus pares. Pontuou que cada parlamentar tem seus desejos políticos, atua em seu setor, mas deve agir em prol da população e não visando apenas a seus próprios interesses. Atentou que todos os vereadores têm carro e plano de saúde, mas deve se dar melhores condições de vida ao povo. Agradeceu ao prefeito Zenaldo Coutinho por comprometer-se a brevemente recuperar três ruas no Bairro da Maracangalha que, apesar de serem pequenas, estão há três anos esperando esta recuperação. Disse contar que estas obras estivessem concluídas antes das próximas eleições. Atendeu ser sua palavra o que mais preza em sua vida, opinando que promessas devem ser cumpridas, mesmo a um custo alto. Externou ser necessário ser grato a quem faz pela população da

cidade, não sendo correto apenas reclamar. Comemorou a futura entrega da Unidade de Pronto Atendimento - UPA da Marambaia, acrescentando ser este um bairro grande, com quase 200 mil pessoas que poderão usufruir desta nova unidade de saúde. Manifestou esperar também que seja logo entregue à população a UPA do Jurunas. Alertou ser imperativo construir um centro de diagnósticos para a população de Belém, para que as pessoas realizem exames e possam tratar de seus males. Assegurou que até o fim de seu mandato continuará a insistir nesta reivindicação. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Moa Moraes e subiu à tribuna o vereador Mauro Freitas. Este expressou satisfação com a presença de muitos vereadores em plenário. Fez votos de que durante esta semana e a semana seguinte fossem votadas matérias importantes para Belém, inclusive a redução do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI. Aditou que seriam votados também a Lei Orçamentária Anual 2019 para o município de Belém e os projetos dos vereadores. Saudou posteriormente a torcida do Flamengo pela conquista da Copa Libertadores da América no último dia 23 de novembro, incluindo-se entre estes torcedores. Considerou ser o Flamengo um clube nacional, com ampla torcida em todo o Brasil, não sendo apenas um clube carioca. Julgou que a vitória obtida pela equipe rubro-negra foi de todos os brasileiros, dizendo não ter dúvida de que o país inteiro torceria pelo Flamengo durante a disputa da Copa do Mundo de Clubes da Fifa, a ocorrer no mês de dezembro vindouro. Parabenizou depois o prefeito Zenaldo Coutinho pelo futuro asfaltamento da Rua Maravalho Belo, na Marambaia. Convidou depois todos os demais parlamentares a participar, no próximo dia 28 de novembro, da entrega da UPA da Marambaia à população, a maior UPA de Belém. Destacou que seriam entregues cinco UPAs em nossa cidade, há dois novos hospitais de referência – Hospital de Retaguarda Dom Vicente Zico e a Unidade de Referência Especializada em Atenção à Saúde da Mulher - e quase todos os postos de saúde foram recuperados durante esta gestão municipal. Testemunhou ser uma evolução na Saúde municipal reconhecida, tendo visto a população agradecer. Informou que estaria neste dia às 18 horas com o prefeito e participaria da assinatura da ordem de serviço para o asfaltamento da Rua Maravalho Belo, aditando que a Rua WE-2 também seria asfaltada. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Reassumiu então a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Pela liderança do PSB, Igor Andrade lembrou de ser este o Dia Nacional do Combate à Violência contra a Mulher e que é o autor do projeto de lei, aprovado nesta Casa, estabelecendo reserva de 5% de vagas para mulheres vítimas da violência doméstica e familiar. Inteirou que este projeto recebeu parecer contrário da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos – Semaj e foi vetado pelo Executivo municipal. Entretanto, prosseguiu, estava analisando as modificações necessárias, aperfeiçoando-o para que o prefeito pudesse sancioná-lo. Discorreu ser inaceitável conviver com a violência contra a mulher, contra os idosos e contra as crianças, ajuzando que o país não tolera mais tais crimes. Assim, avaliou, cada vez mais pessoas têm coragem de denunciar, estando o número do Disque Denúncia, 181, em vários lugares, com ampla divulgação, esclarecendo-se inclusive estar garantido o anonimato do denunciante. Repertuiu reportagem recente mostrando que filhos e netos desempregados agredem seus pais ou avós por dinheiro. Opinou que tais agressores, assim como os que agredem mulheres, devem padecer na cadeia. Julgou nojento o abuso sexual contra crianças, avaliando que as pessoas de bem têm que controlar o ímpeto de agredir os autores desses atos abomináveis. Sendo pai de duas meninas, atestou que nunca sequer cogitou em passar por uma situação dessas mas deu razão a muitos pais por perderem o controle e tomarem atitudes contra os agressores e estupradores. Devido a essa repulsa, avaliou, existe a agressão sexual aos estupradores dentro das cadeias. Deixou claro não ser a favor da violência, mas da aplicação do rigor da lei, do fim da impunidade. Demonstrou revolta com o fato de alguns criminosos perpetrarem inúmeras maldades, mas quando são presos tornam-se bonzinhos e têm a pena reduzida a um sexto. Pela liderança do Governo, Moa Moraes agradeceu também o prefeito Zenaldo Coutinho pela construção da UPA da Marambaia, que beneficiará milhares de pessoas. Apontou que, além disso, várias praças de Belém estavam sendo reformadas, como a Dalcídio Jurandir e a Dom Alberto Ramos (também no Bairro da Marambaia) e várias ruas estavam recebendo asfaltamento, inclusive a Avenida Almirante Barroso, sujeita a um intenso fluxo de veículos. Declarou ser favorável também ao orçamento impositivo e fizera questão de dar entrada, pela terceira vez, ao projeto que o estabelece. Historiou que na primeira vez o projeto fora aprovado em primeiro turno por unanimidade, mas fora rejeitado em segundo turno. Dera agora entrada novamente ao projeto, tendo confiança de que seria aprovado nos dois turnos. Esclareceu que isto permitiria aos parlamentares realizar um trabalho mais próximo das pessoas. Salientou, porém, que tudo deveria ser feito no momento certo. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Fabrício Gama e Rildo Pessoa. Pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, Fabrício Gama estabeleceu ser a prudência o melhor remédio para todos os males. Opinou ter esta Casa amadurecido muito nas discussões e, embora haja polêmicas, há respeito. Estimou prevalecer não a opinião dos vereadores, mas da população que eles representam. Fez votos de que houvesse nos debates a serenidade, o respeito e a maturidade política que os temas importantes requerem deste parlamento. Parabenizou também o prefeito de Belém pela reinauguração, com a completa revitalização, da Praça Dom Alberto Ramos que voltará a servir a população da Marambaia. Parabenizou também a Secretaria Municipal de Saúde – Sesma que tem dia e noite trabalhado para que a UPA da Marambaia seja entregue dentro dos padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Testificou que as unidades de saúde entregues pela atual gestão municipal têm, em verdade, estado acima desses padrões. Além disso, continuou, Belém será a única capital da Região Norte do país a ter cinco UPAs, número a ser alcançado com a entrega, prevista para o próximo mês de fevereiro, da UPA do Jurunas. Melhor que isso, prosseguiu, será a entrega à população do Hospital de Pronto Socorro Municipal Humberto Maradei Pereira (HPSM do Guamá), que ocorrerá no próximo dia 12 de janeiro. Frisou ser este um hospital equipado com 92 leitos, sala de cirurgia e sala de emergência. Parabenizou depois o senhor Marquinho das Malvinas por sua eleição, no dia anterior, à presidência do Centro Comunitário das Malvinas. Notificou ter participado, apoiando sua campanha. Salientou que Marquinhos fora eleito com mais de 80% dos votos. Pela liderança do bloco DC – Avante – Podemos, Dr. Elenilson noticiou ter estado, neste final de semana, na Praça Dalcídio Jurandir e presenciado o trabalho de recuperação daquele logradouro. Reportou incluir a obra ali realizada uma academia ao ar livre, brinquedos novos para as crianças e um calçamento. Informou ter sido fechada a área em seu interior – que estava se tornando uma cracolândia – impedindo que ali se reunissem meliantes para assaltar as pessoas. Comentou que a população do Bairro da

Cremação está voltando a frequentar aquela localidade, devolvida ao uso das famílias. Relatou ter sido esta obra uma solicitação sua ao prefeito Zenaldo Coutinho e que a praça brevemente será entregue, totalmente revitalizada, ao povo da Cremação. Pela liderança do PSDB, Paulo Queiroz repercutiu que a primeira página do jornal O Liberal deste dia mostra que os feminicídios assustam São Paulo e assustam o país. Coincidentemente, observou, nesta data é celebrado o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, designado oficialmente desde 1999 pela Organização das Nações Unidas – ONU. Cientificou ter sido escolhida esta data em homenagem às irmãs Patria, Maria Teresa e Minerva Mirabal, que foram torturadas e assassinadas, em 25 de novembro de 1960, a mando do ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo. As irmãs eram conhecidas como *Las Mariposas*, complementou, e lutavam por soluções para os problemas sociais. Participou que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea apresenta dados assustadores sobre a violência contra a mulher no Brasil: 472 mulheres são assassinadas a cada mês do ano; 15,5 a cada dia; uma mulher a cada meia hora. As principais vítimas são mulheres jovens: 31% na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% na faixa etária de 30 a 39 anos. Divulgou também que a cada dois segundos uma mulher é estuprada em nosso país e a maioria desses crimes ocorre no próprio lar, sendo esturpadores os pais, padrastos, companheiros ou ex-companheiros. Pedeu a Deus misericórdia para as mulheres, concluindo que mais deve ser feito em prol delas. Expressou que a Lei Maria da Penha representou uma esperança de diminuição desses números vergonhosos ao entrar em vigor em 2006. Infelizmente, lastimou, as pesquisas indicam não ter havido redução no número de feminicídios, pelo contrário, acompanhando-se os noticiários, os números parecem ter aumentado. Ponderou que, em verdade, a Lei Maria da Penha padece do mal de várias outras: falta de efetividade e implantação uniforme dos mecanismos para sua operabilidade. Frisou que, além da legislação, precisamos de uma rede de apoio que envolva todos – poder público, sociedade civil organizada, famílias e igrejas – em favor das mulheres vítimas de violência. Sobrelevou a importância de os poderes constituídos atuarem nesta causa em todos os níveis – federal, estadual e municipal. As câmaras municipais, assinalou, não podem achar que o assunto não lhes compete, devendo agir dentro de suas limitações, fazendo tudo que lhes estiver ao alcance. Intendeu ter apresentado, neste ano, projetos de lei neste parlamento visando coibir o assédio às mulheres nos coletivos municipais, ampliando a participação das mulheres nos conselhos municipais e garantindo a transferência entre escolas municipais nos casos de violência doméstica em que a mulher e seus filhos precisam mudar de residência. Reconheceu, porém, ser ainda muito pouco, destacando a necessidade de agir de maneira articulada, ouvir as mulheres e entender que se pode ajudá-las mais. Propôs então a realização de audiências públicas em todos os distritos de Belém para ouvir demandas e sugestões que orientem as ações para coibir a violência contra as mulheres. Encerrado o Horário de Liderança, realizou-se a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi colocada então em votação e aprovada por unanimidade a ata referente à 77ª sessão ordinária do 2º Período da 3ª Sessão Legislativa desta legislatura. Fez-se então a leitura da matéria constante na pauta desta Primeira Parte e a vereadora Simone Kahwage pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício dos projetos correspondentes, proposição aprovada pela plenária. O presidente convocou posteriormente os vereadores a reunirem-se em sessões extraordinárias - em regime de tantas quantas sessões fossem necessárias, a partir do dia 26/11/2019, a partir das doze horas, neste salão Lameira Bittencourt - para discutir e votar o projeto de lei, constante no Processo 1892/19, que “Dispõe sobre a alteração da Lei nº 9227, de 24/05/2017, e da Lei nº 7850, de 17/10/1997”. Foi feita depois a leitura do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando a realização de uma sessão especial com o objetivo de discutir a cessão do Complexo do Mercado de São Brás à exploração da iniciativa privada. Fizeram encaminhamentos os vereadores Mauro Freitas (assumindo a presidência da Mesa o vereador Nehemias Valentim) e Enfermeira Nazaré Lima. O vereador Fernando Carneiro solicitou que a votação fosse feita nominalmente, pedido atendido pela Mesa. Assumiu então a presidência da sessão o vereador Fabrício Gama. Realizada a votação, o requerimento foi rejeitado com seis votos favoráveis e catorze votos contrários. Justificaram seus votos os vereadores Enfermeira Nazaré Lima, Sargento Silvano, Fernando Carneiro, Mauro Freitas, Joaquim Campos, Moa Moraes e Simone Kahwage. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Altair Brandão solicitando que esta Casa emitisse Voto de Repúdio à empresa de transporte coletivo Belém Rio em decorrência das condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores da empresa e das ameaças de morte direcionadas pelo proprietário desta aos diretores do Sindicato dos Rodoviários. O vereador Mauro Freitas pediu então Questão de Ordem solicitando que a votação fosse feita de forma simbólica. O vereador Fernando Carneiro posicionou-se contrariamente a esta solicitação, pedindo que a votação fosse feita nominalmente, utilizando-se o painel eletrônico. O presidente Fabrício Gama esclareceu depois que, tratando-se de um requerimento solicitando Voto de Repúdio, a votação deveria ser feita nominalmente. Fizeram encaminhamentos os vereadores Altair Brandão e Toré Lima, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. O vereador Sargento Silvano informou então que se ausentaria do restante da sessão por motivo de saúde. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O presidente Fabrício Gama observou que todos os projetos em pauta necessitariam de quórum qualificado para votação. Não havendo em plenário número suficiente de vereadores para tanto, o presidente encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos. Estava licenciada a vereadora Blenda Quaresma. Justificou sua ausência o vereador Professor Elias. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Zeca Pirão, Fabrício Gama, Bieco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Celsinho Sabino e Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD e Altair Brandão, pelo bloco PC do B – PT; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Igor Andrade, pela bancada do PSB; Paulo Queiroz, Nehemias Valentim e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage, Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicano; Êmerson Sampaio, pelo PP; Neném Albuquerque, pelo PSL. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 25 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente
Ver. EMERSON SAMPAIO
1º Secretário
Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATA DA OCTAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo sexto dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Fabrício Gama. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, Enfermeira Nazaré Lima reportou-se ao protesto ocorrido na noite do dia anterior na Avenida Governador Magalhães Barata, na confluência com a Avenida José Bonifácio, que fechou o trânsito naquela região. Explicou que a população se revoltou após os ônibus que faziam a linha Belém – Mosqueiro terem sido guinchados por estarem com o licenciamento atrasado e exigia garantias de transporte para a ilha. Pedeu que fosse feita com maior rigor a fiscalização desses coletivos, apontando estarem sucateados, com pneus carecas, além de haver deles um número reduzido. Intendeu que os ônibus amarelos, que também fazem o transporte para Mosqueiro, não aceitem o Passe Fácil, meia passagem para estudantes e também não dão gratuidade aos idosos. Recordou terem sido realizadas nesta Casa sessões especiais para debater o problema do transporte público para Mosqueiro e Icoaraci, mas nada foi encaminhado. Ajuizou ser esta dificuldade de transporte um dos motivos para se pensar na autonomia de Icoaraci e Outeiro, formando novos municípios. Apontou que os estudantes de Mosqueiro tiveram que vir a Belém fazer a prova do Enem. Citou várias dificuldades por que passam os moradores da ilha: falta de coleta de lixo, dificuldade de transporte, faltam bancos (várias agências já foram fechadas, inclusive o Banco do Brasil, e a Caixa Econômica Federal tem apenas um posto atuando). Pedeu que esta Casa tomasse uma posição a respeito das dificuldades de transporte vivenciadas pela população da ilha. Wilson Neto comentou sobre o novo aumento no preço do gás de cozinha, anunciado nesta semana. Repercutiu informação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese de que o gás de cozinha no estado do Pará é um dos dez mais caros do Brasil. Fez notar que o consumo de um botijão de gás por mês compromete quase 10% do salário mínimo. Embora não seja competência do legislativo municipal, opinou que esta Casa deve se unir e cobrar providências do legislativo federal, uma vez que os consumidores paraenses são reféns das concessionárias e permissionárias do poder público federal. Elogiou a atitude vários membros deste parlamento ao questionar de forma enérgica e cobrar da Celpa Equatorial um melhor desempenho, denunciando os abusos cometidos por esta empresa contra o povo paraense. Estimou que do mesmo modo se devesse acompanhar e monitorar o aumento desmedido no preço do gás de cozinha. Defendeu que este Poder se posicionasse cada vez mais contrariamente a esses aumentos, acionando os deputados federais paraenses para que se estabelecesse um controle maior sobre os preços deste produto essencial aos cidadãos. Fernando Carneiro discorreu sobre a criação da carteira de trabalho Verde e Amarela pelo governo federal, através da Medida Provisória 905 - MP 905, de 11 de novembro de 2019. Notificou ser o governo Bolsonaro o campeão em editar medidas provisórias e decretos, estabelecendo ser essa uma forma de burlar a lei para a aprovação no Congresso, com média de 1,3 MPs ou decretos por dia. Comentou que se pretende criar com esta medida quatro milhões de empregos para jovens entre 18 e 29 anos, o que parece ser alvissareiro. Entretanto, indicou, haverá a cobrança de um imposto, com alíquota de 7,5%, sobre o salário desemprego. Enquanto isso, prosseguiu, os bancos auferem um lucro recorde na história do país de 109 bilhões de reais em um ano. Alertou que muitos desses bancos são devedores da Previdência, mas isso não importa ao governo, que se compraz em taxar quem está desempregado e receberá, por no máximo seis meses, um salário que varia de 800 a 1500 reais. Acrescentou que a MP 905 também fragiliza as relações de trabalho afetando pelo menos 37 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT deixando, por exemplo, de considerar como acidente de trabalho aquele ocorrido com a pessoa ao se deslocar para seu emprego. Ademais, continuou, há diminuição do valor da multa a ser paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa, de 40% para até 5% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Caracterizou a MP 905 como um verdadeiro “pacote de maldades” uma vez que ela também elimina a necessidade de registro profissional de diversas categorias – desde guardador de carros até pessoas que fazem cálculo atuarial, incluindo professores e bancários, que agora podem trabalhar aos sábados e domingos. Expressou que isso interessa aos empresários porque podem montar as escalas de trabalho, expondo que a Federação Brasileira de Bancos – Febraban está por trás dessa mudança. Aditou ficarem fragilizadas também outras profissões, como a de jornalista, pois já não era necessário o diploma e agora não é necessário sequer o registro para exercer o ofício. Perguntou retoricamente a quem interessaria tornar mais precária uma profissão tão importante, respondendo interessar aos produtores de *fake news*, favorecendo os amiguinhos do presidente Bolsonaro, fabricantes de falsas notícias. Questionou que parlamentar desta Casa subiria à tribuna para defender um imposto de 7,5% sobre o salário desemprego. Classificou este imposto como uma vergonha, uma indecência, uma imoralidade, afirmando que isso deixa claro para quem Bolsonaro realmente governa. Ressaltou vivermos em um país em que 40 milhões de pessoas recebem menos de 400 reais por mês e 13 milhões de pessoas recebem menos de 145 reais mensalmente, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Acrescentou serem 63 milhões de pessoas no Brasil que estão entre desempregados, subocupados e desalentados. Ironizou dizendo que vão sendo criadas categorias, sendo desalentado aquele que desistiu de procurar emprego, após três ou quatro anos tentando obtê-lo. Chamou a atenção para o aumento da pobreza em nosso país e para a gravidade da situação. Relacionou isso com a situação precária dos trabalhadores do Mercado de São Brás, comentando que para sobreviver as pessoas trabalham como camelôs, tornam-se motoristas de aplicativo ou entregadores de *Uber Eats*, que usam bicicletas. Discorreu sobre matéria jornalística recente mostrando haver em São Paulo casais que não vivem juntos porque o marido trabalha durante doze horas como motorista de aplicativo, usando um carro alugado. Após esse período, chega a sua casa, dá um beijo na esposa e esta assume o volante, trabalhando por outras doze horas.

Os entregadores que usam bicicleta, prosseguiu, fazem o mesmo e dormem na rua, trabalhando por catorze, dezesseis horas, pedalando mais de cem quilômetros por dia. Muitos acham isso bonito, alfinetou, mas tais pessoas trabalham sem salário fixo, sem auxílio desemprego, sem auxílio doença, sem nenhum tipo de benefício e têm que alugar a bicicleta. Julgou ser essa uma situação de total precariedade, mas é comemorada pelo governo. Reportou ter estado, no dia anterior, reunido com jornalistas, gráficos e publicitários que se mobilizariam e realizariam uma sessão especial na Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa, em 04/12/2019, para mostrar sua indignação com mais esta indecência do governo federal, promovendo a precarização da mão de obra do país, atacando violentamente os direitos adquiridos pela classe trabalhadora, que agora não tem mais nem o direito de se aposentar. Recordou que Bolsonaro e Paulo Guedes viviam falando que o Chile era o grande exemplo a ser seguido pelo Brasil, que o Chile era a Suíça da América do Sul. Afirmou que agora sim o Chile é o exemplo a ser seguido com as manifestações de rua que estão obrigando o governo chileno a recuar dando mais dinheiro à Previdência, demitindo oito ministros e começando a reformar a constituição. Apesar disso, prosseguiu, a população não saía das ruas. mencionou matéria do programa televisivo Globo Esporte mostrando que quando torcedores do Flamengo passaram pelo Chile - a caminho de Lima, no Peru, para assistirem à final da Copa Libertadores da América – os chilenos faziam um protesto e disseram-lhes, de forma bem-humorada, que somente passariam se saíssem do ônibus e pulassem, participando da manifestação. Expressou ser este o Chile que deseja ter como exemplo: o Chile das mobilizações, o Chile que está impondo uma derrota a um governo reacionário. Aludiu que o governo chileno agora terá que reformar a constituição - que é da época de Augusto Pinochet, o ditador mais sanguinário da América Latina. A população chilena, comemorou, agora ocupa as ruas mostrando quem manda. Disse ter certeza de que esses ventos que vêm dos Andes chegarão ao Brasil e veremos a população brasileira levantar-se contra esse amontoado de iniquidades. Disse saber que muitos vereadores defendem o governo, reiterou, porém, que quer vê-los defender a taxação do salário desemprego. Ajuizou ser fácil para alguém que ganha 15, 20, 30, 50 mil reais dizer que todos devem ser taxados. O preço do botijão de gás, recordou, já aumentou várias vezes neste governo, mas Bolsonaro dizia que o preço ficaria em 40 reais e atualmente, em muitos lugares, já está custando 100. Estimou que 7,5% de imposto sobre o salário desemprego correspondem a um botijão de gás por mês que o cidadão dará para Bolsonaro, para o governo federal, o qual, no entanto, não tira dos banqueiros, que tiveram um lucro de 109 bilhões de reais no último ano. Considerou isso uma vergonha e manifestou total repúdio à MP 905, prevendo ser esta mais uma medida provisória do atual governo que será derrubada. Atestou ser necessário garantir os direitos da classe trabalhadora, não permitir que sejam retirados, mas sim ampliá-los – ao contrário do que o governo Bolsonaro vem fazendo. Pablo Farah agradeceu ao deputado estadual Chicão pelo evento realizado no Bairro do Jurunas, neste último final de semana, levando esporte, cultura e lazer aos moradores. Parabenizou o governo estadual pela criação do Programa Territórios pela Paz - TerPaz que traz dignidade à população das áreas periféricas. Garantiu que no ano seguinte estariam novamente atuando nessas regiões em que tudo falta, sobrelevando a importância de permitir o acesso das pessoas ao esporte, à educação, pois isso transforma e gera inclusão social. Externou torcer para que o governo federal faça uma boa gestão que leve à diminuição da desigualdade social e obtenha a minoração do desemprego. Reconheceu que direitos dos trabalhadores estão sendo retirados – do setor privado e do setor público – e que eles estão pagando o preço pelas reformas. Expressou, porém, querer ver se outras reformas atingirão a todos, pois a elite, os empresários, também deve contribuir. Espera então pela realização da reforma tributária e a reforma da segurança pública. Ressaltou a atribuição desta Casa de produzir projetos em benefício do povo, informando ter, somente nesta semana, protocolado três projetos de lei neste parlamento – regulamentando a profissão de condutor de ambulância; tornando preferenciais todos os assentos nos coletivos urbanos; criando o ano cultural Rui Barata. Esclareceu não atuar apenas por bandeiras partidárias ou ideologias, mas tenta contribuir com todos. Sabendo que não será unanimidade, procura representar a grande maioria. Em aparte, manifestou-se o vereador Fernando Carneiro e explicou que a lei tornando preferenciais todos os assentos nos coletivos urbanos de Belém já existem (Lei Municipal nº 9216, de 25/05/2016), sendo de sua autoria. O vereador Pablo Farah apontou então ser necessário que os empresários de ônibus a divulguem para que a sociedade belenense dela tome conhecimento. Declarou associar o trabalho parlamentar à atuação nas ruas, alternando sua presença nesta Casa com as atividades nos bairros. Somente permanecerá vereador nas próximas eleições, opinou, os parlamentares que realmente trabalharem junto à população. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB – PHS, Joaquim Campos parabenizou a vereadora Enfermeira Nazaré Lima pelo pronunciamento criticando a deficiência do transporte coletivo em nossa cidade. Dirigindo-se ao vereador Fernando Carneiro, disse que traria na próxima sessão os dados comparativos dos governos nefastos de Lula e Dilma em relação ao atual governo que tem menos de um ano – trará os números exatos, não fazendo apenas discurso como se estivesse controlando massa de manobra. Justificou que se houve ataque direto do governo Bolsonaro aos sindicatos, isso ocorreu porque estes constituem berço de toda essa canalhada que usa o povo como massa de manobra da esquerda. Reportou ter estado em Santo André e ter o nariz torto devido a um soco que levou da polícia, mas nem por isso deixou de reconhecer o quanto os sindicatos foram ladrões e nefastos à nação. A respeito do projeto anticrime apresentado pelo ministro Sérgio Moro, opinou que o excludente de ilicitude, tão atacado, permite ao policial defender a própria vida tirando em um criminoso antes de ser por ele alvejado. Denunciou que no Chile instalou-se uma guerra civil e o mesmo a esquerda quer fazer no Brasil. Tachou os esquerdistas como canalhas, ladrões e corruptos, acusando-os de terem acabado com o dinheiro do país e com tudo o que tinham. Vociferou terem sido dezesseis anos de roubo e saque à nação, concluindo que os esquerdistas devem todos acabar na cadeia. Findo este pronunciamento, o vereador Gleisson assumiu a presidência da Mesa e o vereador Fabrício Gama, pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, subiu à tribuna. Hipotecou sua solidariedade ao vereador Altair Brandão por ter sido ameaçado de morte pelo proprietário da empresa Belém Rio. Declarou que votaria a favor do requerimento de Altair Brandão solicitando que esta Casa emita Voto de Repúdio a tal ameaça. Refletiu não ser através de violência ou ameaças que se implanta a democracia em um país, mas sim através da sabedoria e da responsabilidade. Externou seu repúdio à atitude do empresário que ameaçou o vereador Altair Brandão. Parabenizou depois a Secretaria

Municipal de Saneamento – Sesan na pessoa do seu titular, Cláudio Mercês, apontando que este tem vistoriado as obras de asfaltamento em nossa cidade. Informou ter sido assinada, no dia anterior, a ordem de serviço para asfaltamento e drenagem de mais doze ruas. Postulou que, com o equilíbrio das contas, o prefeito Zenaldo Coutinho dá resposta à população com obras. Anunciou que, no dia seguinte, seria reinaugurada a Praça Dom Alberto Ramos, no Bairro da Marambaia. Participou que o logradouro foi ampliado, contando agora com um anfiteatro, banheiros e iluminação de led. Além disso, acrescentou, foram asfaltadas as vias laterais. Disse estar a Marambaia de parabéns porque, na quinta-feira seguinte, também seria entregue à população a Unidade de Pronto Atendimento - UPA daquele bairro. Avaliou que a última eleição da diretoria do Centro Comunitário das Malvinas mostra o reconhecimento da população ao trabalho da Prefeitura de Belém. Findo seu pronunciamento, Fabrício Gama reassumiu a presidência da sessão. Pela liderança do Republicanos, Toré Lima informou ter participado, na semana anterior, de uma assembleia convocada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – Sedop reunindo moradores dos bairros da Terra Firme, Canudos e Marco. Explicou estar a Sedop encarregada da obra de macrodrenagem da bacia do Tucunduba e, naquela assembleia, o secretário adjunto Valdir Acatauassú garantiu que a segunda fase do empreendimento – que vai da Rua dos Mundurucus até a Rua 02 de junho - seria finalizada no prazo previsto, abril de 2020. Toré Lima observou, porém, que a terceira fase da obra – que vai da Rua 02 de junho até a Travessa Vileta - sequer fora licitada ainda. Informou ter solicitado que este processo licitatório fosse antecipado, uma vez que mais um inverno se aproximava. Expôs que, após a publicação do edital de licitação, há um período de 90 a 120 dias, se não houver recursos jurídicos, para que o resultado seja homologado e a empresa vencedora seja chamada. Há então o risco, avaliou, de a empresa contratada ficar com um intervalo de tempo de abril até agosto para dar continuidade às obras do Tucunduba e a população dos bairros anteriormente citados continuaria a sofrer com grandes alagamentos. Anunciou ter protocolado um requerimento com dois objetivos: sensibilizar o governador do estado para que, através da Sedop, acelerasse a conclusão do segundo trecho e também adiantasse o processo licitatório para a execução do terceiro trecho e o remanejamento das famílias que moram às margens do canal. Atentou ter havido um equívoco na elaboração do projeto, pois está nele definido que as obras avançarão somente até a Travessa Vileta, mas a Bacia do Tucunduba estende-se pelo canal da Passagem José Leal Martins indo até a Travessa Angustura. Pior que isso, continuou, no projeto original o canal que passa na Travessa Timbó e desaguaria no canal da Passagem União foi interrompido e não será mais cumprido. Consequentemente, prosseguiu, na Travessa Timbó há agora um canal que vai do nada para lugar nenhum, servindo somente para alagar as ruas e as casas das pessoas porque não há vazão. Não tendo sido dada sequência ao projeto original, lucubrou, os engenheiros que o elaboraram esqueceram esta falta e hoje o povo da Travessa Timbó, no Bairro do Marco, vive dentro d'água diuturnamente, no período chuvoso ou fora dele. Pediu então ao governador do estado a ampliação do projeto para que as obras sigam além do canal da Travessa Vileta e cheguem até a Travessa Angustura. Pela liderança do PSOL, Dr. Chiquinho ressaltou os constantes atrasos na entrega das obras da PMB. Atestou que o prefeito Zenaldo Coutinho não consegue cumprir o prazo de entrega de uma obra sequer. Exemplificou relatando que os moradores do Conjunto Panorama XXI demandaram durante anos a drenagem de sua rua principal. A Prefeitura de Belém resolveu atendê-los, mas o que seria motivo de alegria tornou-se um pesadelo porque a obra está paralisada, o trânsito está caótico, as pessoas convivem com o barro e a lama e não é dada nenhuma informação à população sobre a continuidade dos trabalhos. Repetiu manchete de um jornal deste dia dizendo “Obras de asfaltamento na Almirante Barroso paralisaram”. Criticou a decisão do prefeito Zenaldo Coutinho de asfaltar a Avenida Almirante Barroso, dizendo que ela já estava asfaltada, colocando-se então asfalto sobre o asfalto, enquanto a periferia da cidade, que tanto precisa de asfalto, sofre com o lamaçal. Questionou então por que motivo Zenaldo não asfalta os bairros da Cabanagem, Terra Firme e Tenoné. Ao invés disso prefere asfaltar vias que não precisam de asfalto e, ademais, não termina. Denunciou depois que a UPA da Marambaia será inaugurada, mas não funcionará por não contar com equipamentos, insumos e funcionários. Acusou Zenaldo Coutinho de tentar iludir a população de Belém ao iniciar obras e não as concluir e entregar unidades de saúde que não funcionam. Lembrou de ter isso ocorrido com a UPA da Terra Firme, que foi inaugurada, mas ficou meses e meses sem funcionar. O presidente Fabrício Gama fez o registro da presença em plenário de Regina Barata, ex-vereadora desta Casa e ex-deputada estadual pelo Pará. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro julgou que a ameaça de morte sofrida pelo vereador Altair Brandão não fora um ataque pessoal, mas um ataque do segmento empresarial aos trabalhadores que lutam contra a exploração a que são submetidos diariamente. Disse desejar muito que fosse aprovado por unanimidade o requerimento de Altair Brandão solicitando Voto de Repúdio desta Casa a tal ameaça. Lembrou que a empresa Belém Rio está envolvida em inúmeros escândalos e a família de seu proprietário, autor da ameaça ao vereador Altair Brandão, está sendo presa no Rio de Janeiro por envolvimento em corrupção. Entretanto, salientou, tais empresários detêm muito poder, inclusive nesta Casa. Recordou que, no final do governo Duciomar, obtiveram uma isenção de impostos de mais de 80 milhões de reais. Afirmou que eles sujeitam os trabalhadores a condições de trabalho precárias, pois os ônibus que aqui circulam vêm do Rio de Janeiro, sendo apenas pintados novamente. Estes empresários não têm a decência, aditou, de comprar ônibus novos, mas quando o fazem, adquirem veículos sem ar condicionado. Entretanto, contrapôs, miniram os coletivos com aparelhos para reconhecimento facial. Deixou claro não ser a favor da fraude, mas questionou se não haveria outros investimentos a serem feitos nos ônibus urbanos. Opinou que a PMB deve avaliar a concessão do serviço de transporte público à empresa Belém Rio porque ela tem se mostrado incapaz e incompetente no desempenho desta atividade. Referiu ter feito uma audiência pública para discutir a qualidade do transporte público em nosso município, sendo recolhidas sete mil e oitocentas assinaturas e entregues um dossiê e uma representação ao Ministério Público Estadual do Pará – MPPA devido à falta de qualidade do transporte em Belém. Classificou como péssimo o transporte público em nossa capital, ajuizando que as empresas não entendem o transporte como um serviço, mas apenas como uma forma de auferir lucro, simplesmente, sem precisar devolver à população um serviço de qualidade. Aventou a possibilidade de avaliar, inclusive juridicamente, a retirada da concessão à empresa Belém Rio. Em aparte, manifestaram-se os vereadores Altair Brandão e Marcel Manó. Pela liderança do Governo, Gleisson Oliveira estabeleceu

haver uma grande diferença entre otimistas e pessimistas, para os quais nada dá certo. Ponderou também haver grande diferença entre a boa política e a politicagem. Referindo-se ao pronunciamento anterior do vereador Dr. Chiquinho, considerou politicagem tentar prever o futuro objetivando, em verdade, denegrir uma gestão. Quando foi entregue a UPA da Sacramento, recordou, alguns diziam que não iria funcionar, mas muitas vidas já foram salvas naquela unidade de saúde, onde é prestado um atendimento de qualidade. Testificou que até mesmo vereadores desta Casa ali já receberam tratamento. Ponderou que, apesar das mentiras, a verdade sempre prevalecerá. A atual gestão, assegurou, finalizará entregando à população de Belém cinco UPAs de qualidade. Encerrado o Horário de Liderança, realizou-se a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Altair Brandão solicitando que esta Casa emitisse Voto de Repúdio à empresa de transporte coletivo Belém Rio em decorrência das condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores da empresa e das ameaças de morte direcionadas pelo proprietário desta aos diretores do Sindicato dos Rodoviários. Após a leitura do requerimento, fizeram encaminhamentos os vereadores Toré Lima, Amaury da APPD, Dr. Chiquinho, Gleisson (com aparte do vereador Joaquim Campos), Rildo Pessoa, Nehemias Valentim e Pablo Farah. Posto em votação nominal, o requerimento foi aprovado por unanimidade com dezoito votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Joaquim Campos, Enfermeira Nazaré Lima, Wilson Neto e Fabrício Gama (assumindo a presidência da Mesa o vereador Emerson Sampaio). Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença e o vereador Fabrício Gama reassumiu a presidência da Mesa. Não havendo quórum, o presidente encerrou a sessão às dez horas e cinquenta minutos, convocando os demais parlamentares a participar da 12ª sessão extraordinária desta Sessão Legislativa, marcada para as doze horas deste dia, neste salão plenário. Estava licenciada a vereadora Blenda Quaresma. Justificaram suas ausências os vereadores Mauro Freitas, Neném Albuquerque, Paulo Queiroz, Professora Nilda Paula, Sargento Silvano e Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Professor Elias e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Bioco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, pelo bloco PSD - PTC; Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD e Altair Brandão, pelo bloco PC do B – PT; Joaquim Campos, John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pelo PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 26 de novembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. EMERSON SAMPAIO
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 079, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Diploma de “Mérito de Proteção aos Animais” de Belém ao **PROJETO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA – PROJETO CARROCEIRO**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belém, estatui e a Mesa promulga e publica o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Diploma de “Mérito de Proteção aos Animais” de Belém ao **Projeto da Universidade Federal Rural da Amazônia – Projeto Carroceiro**.

Art. 2º. A honraria de que trata o presente Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal de Belém, em dia e hora previamente designados.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Belém, em 04 de dezembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. EMERSON SAMPAIO
2º Secretário, em exercício

DECRETO LEGISLATIVO Nº 080, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede o Título Honorífico de “Honra ao Mérito” aos Senhores **ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA LIMA SANTOS FERREIRA E ABIMAEI PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belém, estatui e a Mesa promulga e publica o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de “Honra ao Mérito” aos Senhores **Ana Flávia de Oliveira Lima Santos Ferreira e Abimaei Pereira da Silva Júnior**.

Art. 2º. A honraria de que trata o presente Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal de Belém, em dia e hora previamente designados.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Belém, em 04 de dezembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. EMERSON SAMPAIO
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 083, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede Medalha e Diploma Cívico de Nazaré aos Senhores e Senhoras **RENATO RODRIGUES CORRÊA, ANA MARIA OLIVEIRA DE LIMA, MARIA RITA ARAÚJO DE SOUZA, ENDERSON XAVIER CARDOSO, TEREZINHA DE JESUS DE CAMPOS, MARCELO VALENTE DE SOUZA, IRAPUAN LOUCHARD DA CUNHA, LOGOMINHO GOUVEA DE BASTOS, ANTONIO DE FREITAS GUIMARÃES NETO, PADRE CARLOS JOSUÉ COSTA NASCIMENTO, REGINA LÚCIA ROCHA SILVA, LOURENÇO DOS SANTOS LIMA, ADERCÍLIO AMORIM DAMASCENO, RAIMUNDO ANTÔNIO DA SILVA BARRA, ANGELA MARIA MATOS DOS SANTOS, OLGARINA BARATA ALMEIDA, MARIA DAS DORES CRUZ, MARILDA COSTA ROCHA, MONS. RAIMUNDO POSSIDÔNIO DA MATA, GISLEIDE SAMPAIO DE OLIVEIRA, JURANDIR ALVES DOS SANTOS E ANGELA MARIA PINHEIRO DA SILVA**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belém, estatui e a Mesa promulga e publica o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam concedidos a Medalha e o Diploma Cívico de Nazaré aos Senhores e Senhoras **Renato Rodrigues Corrêa, Ana Maria Oliveira de Lima, Maria Rita Araújo de Souza, Enderson Xavier Cardoso, Terezinha de Jesus de Campos, Marcelo Valente de Souza, Irapuan Louchar da Cunha, Cogominho Gouvea de Bastos, Antonio de Freitas Guimarães Neto, Padre Carlos Josué Costa Nascimento, Regina Lúcia Rocha Silva, Lourenço dos Santos Lima, Adercílio Amorim Damasceno, Raimundo Antônio da Silva Barra, Angela Maria Matos dos Santos, Olgarina Barata Almeida, Maria das Dores Cruz, Marilda Costa Rocha, Mons. Raimundo Possidônio da Mata, Gisleide Sampaio de Oliveira, Jurandir Alves dos Santos e Angela Maria Pinheiro da Silva**.

Art. 2º. A honraria de que trata o presente Decreto Legislativo, será entregue em Sessão Solene, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal de Belém, em dia e hora previamente designados.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Belém, em 04 de dezembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. EMERSON SAMPAIO
2º Secretário, em exercício

DECRETO LEGISLATIVO Nº 130, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede a Medalha Condecorativa Brasão D’Armas de Belém, ao Senhor **CAMILO MARTINS VIANNA (POST MORTEM)**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belém, estatui e a Mesa promulga e publica o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedida a Medalha Condecorativa Brasão D’Armas de Belém, ao Senhor **Camilo Martins Vianna (Post Mortem)**.

Art. 2º. A honraria de que trata o presente Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal de Belém, em dia e hora previamente designados.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Belém, em 04 de dezembro de 2019.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. EMERSON SAMPAIO
2º Secretário, exercício